A ILUSÃO DA EDUCAÇÃO DO PASSADO: UMA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DE ANTIGAMENTE E OS DESAFIOS DOS JOVENS DE HOJE

MICHELE APARECIDA FRANÇA DOS SANTOS

RESUMO
Este artigo analisa a crença social na superioridade do ensino do passado frente às transformações do sistema educacional brasileiro contemporâneo. A pesquisa investiga como o modelo tradicional, marcado pela disciplina e memorização, é idealizado, enquanto as demandas do século 21 exigem competências digitais, socioemocionais e o respeito à diversidade. Analisa-se o papel de marcos legais, como a LDB e a BNCC, no esforço de universalizar o acesso e modernizar as práticas pedagógicas. O estudo conclui que a percepção de declínio ignora a exclusão histórica de minorias, defendendo um diálogo entre tradição e modernidade para uma formação humana integral e adaptada à era da informação. Além disso, o estudo discute os impactos da ampliação do acesso à educação, os desafios enfrentados pelas instituições escolares diante das mudanças sociais e tecnológicas, a importância da formação continuada dos professores e a necessidade de desenvolver competências socioemocionais nos estudantes. Também aborda a inclusão das diversidades e o papel da escola na promoção da cidadania, do pensamento crítico e da participação social. Nesse sentido, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre a qualidade da educação brasileira, analisando como as mudanças legislativas, sociais e tecnológicas influenciam o cotidiano escolar e a formação das novas gerações. Considera-se que os desafios atuais exigem uma atuação integrada entre escola, família e poder público, de modo a garantir uma educação mais democrática, inclusiva e capaz de responder às demandas de uma sociedade em constante transformação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação brasileira, ensino tradicional, desafios da juventude, legislação educacional, era digital, diversidade.

ABSTRACT
This article analyzes the social perception that the education of the past had a superior quality compared to the current one, confronting this view with the legislative and pedagogical transformations in Brazil. The research investigates how the traditional model, focused on discipline and memorization, is idealized by collective memory, while contemporary challenges demand competencies that go beyond static content. Furthermore, the study discusses the expansion of access to education, the challenges faced by schools in a changing society, the importance of teacher training, socioemotional competencies, and the role of education in promoting inclusion, citizenship, and critical thinking. It analyzes the impact of the Law of Guidelines and Bases of Education (LDB 9.394/96) and the BNCC in the attempt to modernize teaching. The study proposes that the "illusion" of the past ignores the historical exclusion of large segments of the population, suggesting that the focus should lie on adapting institutions to new technological and social realities. In this sense, the research seeks to contribute to the debate on the quality of Brazilian education by analyzing how legislative, social, and technological changes influence school life and the development of new generations. It is understood that current challenges require integrated action among schools, families, and public authorities in order to ensure a more democratic, inclusive, and effective educational system capable of responding to the demands of a constantly changing society.

KEYWORDS: Brazilian education, traditional teaching, youth challenges, educational legislation, modernity, teaching quality.

INTRODUÇÃO

A ideia de que "antigamente o ensino era melhor" constitui um axioma social amplamente difundido, funcionando como um prisma através do qual diferentes gerações julgam o presente. Esse sentimento de perda não é apenas um saudosismo individual, mas um tópico sociológico que sugere uma suposta erosão dos valores intelectuais e disciplinares. No entanto, é fundamental in-

vestigar se essa comparação resiste a uma análise técnica ou se é fruto de uma construção idealizada que ignora as profundas transformações estruturais da sociedade brasileira e os avanços nos direitos à educação, que transformaram o ensino de um privilégio de poucos em um direito de todos.
O propósito deste trabalho é investigar como o desenvolvimento da juventude foi impactado por diferentes modelos pedagógicos, confrontando o rigor estático do passado com as demandas multidisciplinares da atualidade. A análise percorre desde a herança da "educação bancária" até os novos desafios impostos pela era digital, pela necessidade de inclusão das diversidades e pela construção da identidade juvenil em rede. Busca-se demonstrar que a eficácia de um sistema educacional não é fixa, mas medida pela sua capacidade de responder aos dilemas de sua própria época, utilizando as leis e as tecnologias como ferramentas de emancipação e não apenas de reprodução.
Nesse contexto, é importante considerar que a educação acompanha as transformações históricas da sociedade. As mudanças econômicas, tecnológicas e culturais ampliaram as responsabilidades da escola e exigiram novas formas de ensinar e aprender. A democratização do acesso à educação trouxe desafios relacionados à inclusão, à permanência dos estudantes e à garantia de qualidade para diferentes grupos sociais.
Além disso, a discussão sobre a qualidade do ensino deve considerar aspectos que vão além da memorização de conteúdo. A formação integral dos estudantes envolve o desenvolvimento de competências cognitivas, sociais e emocionais, capazes de prepará-los para lidar com problemas complexos e com as exigências do século XXI.
Sob essa perspectiva, torna-se indispensável compreender que a educação não pode ser analisada de forma isolada das transformações históricas, políticas e culturais que moldam cada período da sociedade. Os avanços tecnológicos, a ampliação dos direitos sociais e as mudanças nas relações familiares e de trabalho alteraram significativamente as expectativas em relação à escola e ao papel do professor. Assim, comparar diferentes épocas exige considerar não apenas os resultados acadêmicos, mas também os contextos em que os processos educativos ocorreram, evitando interpretações simplifi-
i
cadas que desconsiderem as profundas mudanças vivenciadas pela sociedade brasileira ao longo das últimas décadas.

A REALIDADE ESCOLAR DO PASSADO: UM CENÁRIO DE EXCLUSÃO

O sistema educacional brasileiro de meados do século XX, muitas vezes lembrado com carinho, funcionava em um país que ainda não garantia escola para todos. As instituições que ofereciam o chamado "ensino de elite" atendiam a uma parcela muito pequena da população, enquanto a maioria das crianças pobres não passava das primeiras séries. A sensação de qualidade vinha do fato de que a escola era homogênea e excludente, não precisando lidar com as diferenças sociais e dificuldades de aprendizado que hoje o sistema público acolhe por lei.
Naquele período, o método de ensino era focado na chamada "educação bancária", termo criado por Paulo Freire para descrever quando o professor apenas "deposita" informações na cabeça do aluno. O rigor era confundido com silenciamento, e o sucesso dependia da capacidade de decorar datas e fórmulas sem necessariamente entender o porquê. Não havia espaço para o questionamento ou para a criatividade, pois o objetivo principal era formar trabalhadores disciplinados para uma economia industrial que valorizava a obediência e a repetição de tarefas.
Além disso, a estrutura escolar era rígida e não permitia falhas; quem não se adaptava ao ritmo puxado ou às regras severas era simplesmente convidado a sair. Esse processo de "seleção natural" garantia que apenas os melhores alunos chegassem ao final, criando a ilusão de que o ensino era superior. Na verdade, a escola do passado não era melhor no sentido pedagógico, ela apenas selecionava quem poderia estudar, deixando de fora milhões de brasileiros que hoje, graças aos avanços democráticos, ocupam legitimamente os bancos escolares.
Outro aspecto importante é que a escola do passado apresentava elevados índices de evasão e reprovação, fatores frequentemente desconsiderados nas comparações

com a educação atual. Muitos estudantes abandonavam os estudos para ingressar precocemente no mercado de trabalho ou devido à ausência de condições econômicas que possibilitassem sua permanência na escola. Dessa forma, os resultados positivos atribuídos ao antigo modelo educacional refletiam, em grande medida, um processo de exclusão social que restringia o acesso e a continuidade dos estudos para uma parcela significativa da população brasileira.

Outro aspecto frequentemente ignorado nas comparações entre a escola do passado e a atual refere-se às profundas desigualdades regionais existentes no Brasil. Enquanto centros urbanos possuíam maior oferta de instituições de ensino, inúmeras comunidades rurais e periféricas enfrentavam longas distâncias, ausência de infraestrutura e escassez de professores qualificados. Essa realidade limitava o acesso de milhares de crianças e jovens à educação básica, evidenciando que a suposta excelência do ensino antigo estava restrita a contextos específi-
cos e não representava a realidade da maior parte da população brasileira.

A QUESTÃO DA LEGISLAÇÃO NO SÉCULO 21

A grande mudança no ensino brasileiro começou com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, que estabeleceram a educação como um dever do Estado e um direito de todos. Essas leis forçaram a escola a abrir suas portas para toda a população, o que gerou um enorme desafio de infraestrutura e gestão. O foco deixou de ser apenas a transmissão de conteúdo e passou a ser a formação do cidadão, exigindo que os professores lidassem com realidades sociais complexas que antes eram ignoradas pelo sistema.

Recentemente, a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) trouxe uma nova tentativa de organizar o que todos os jovens brasileiros devem aprender, focando em competências e não apenas em decorar fatos. A lei agora exige que o aluno desenvolva autonomia, pensamento crítico e responsabilidade, o que é muito mais difícil de ensinar e avaliar do que a antiga memorização. Essa mudança legislativa reflete a necessidade de preparar o jovem para um mundo onde o conhecimento muda rápido e a simples repetição de informações não garante mais o sucesso profissional.

Entretanto, a aplicação dessas leis esbarra na falta de recursos e na resistência de quem ainda acredita que o modelo antigo era o ideal. Muitas vezes, a legislação avança mais rápido do que a realidade das salas de aula, criando um abismo entre o que a lei pede e o que a escola consegue oferecer. Para que o direito à educação seja pleno, não basta apenas colocar o jovem na escola; é preciso que as políticas públicas garantam que as novas diretrizes sejam acompanhadas de formação para os professores e tecnologias que façam sentido no dia a dia escolar.

Além disso, a legislação educacional do século XXI tem buscado fortalecer princípios relacionados à inclusão, à equidade e à valorização das diferenças. Normas e políticas públicas voltadas para a educação especial, a educação indígena, a educação quilombola e o combate às diversas formas de discriminação ampliaram o papel social da escola. Essas iniciativas demonstram que a preocupação atual não se limita ao acesso à educação, mas também à garantia de condições para que todos os estudantes possam aprender, participar e desenvolver plenamente suas potencialidades em um ambiente democrático e acolhedor.

Nesse contexto, a efetividade da legislação depende da articulação entre normas jurídicas e ações concretas de implementação. Investimentos em infraestrutura escolar, acesso às tecnologias digitais, valorização dos profissionais da educação e acompanhamento das políticas públicas são elementos indispensáveis para que os direitos garantidos em lei se transformem em melhorias reais no cotidiano das escolas. Dessa forma, a legislação deixa de representar apenas um conjunto de princípios normativos e passa a constituir um instrumento efetivo de promoção da qualidade educacional.

O IMPACTO DA ERA DIGITAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Com a chegada da internet e dos dispositivos digitais, o papel da escola mudou completamente, pois o professor não é mais a única fonte de informação. O jovem de hoje vive cercado de dados e estímulos, o que torna

o antigo modelo de aula expositiva e silenciosa algo desinteressante e pouco eficaz. O grande desafio atual, como apontam diversos pesquisadores, é ensinar o estudante a filtrar o que é verdadeiro e útil em meio a tantas informações, desenvolvendo o que chamamos de letramento digital e senso crítico.

Outro desafio importante da era digital está relacionado à disseminação de notícias falsas e à velocidade com que as informações circulam nas redes sociais. Nesse contexto, a escola assume a responsabilidade de formar cidadãos capazes de analisar criticamente os conteúdos que consomem, verificando fontes e identificando possíveis manipulações. O desenvolvimento dessas competências é fundamental para fortalecer a participação consciente na vida social e política, tornando a educação um instrumento essencial no combate à desinformação e na construção de uma sociedade mais democrática.

A tecnologia nas escolas não deve ser vista apenas como uma ferramenta moderna, mas como uma oportunidade de tornar o aprendizado mais vivo e participativo. Metodologias que usam vídeos, pesquisas online e trabalhos em grupo permitem que o aluno seja o protagonista do seu conhecimento, saindo da posição passiva que ocupava no passado. No entanto, para que isso funcione, é necessário superar a falta de internet de qualidade nas escolas públicas e garantir que todos os jovens, independentemente de sua classe social, tenham acesso às mesmas oportunidades tecnológicas.

Por fim, a formação dos professores é o ponto central para que a digitalização não seja apenas uma distração. Sem um educador que saiba mediar o uso dessas ferramentas, a tecnologia pode acabar reforçando a desigualdade. O ensino moderno exige que o mestre seja um orientador que ajude o jovem a navegar na complexidade do mundo contemporâneo. Assim, a educação deixa de ser um exercício de repetição para se tornar uma construção coletiva, onde o passado serve de base, mas a tecnologia abre portas para um futuro cheio de novas possibilidades de aprendizado.

Ao mesmo tempo, a cultura digital favorece novas formas de produção do conhecimento por meio da colaboração, da aprendizagem em rede e do acesso a recursos educacionais diversificados. Ferramentas de inteligência artificial, ambientes virtuais de aprendizagem e plataformas interativas ampliam as possibilidades pedagógicas quando utilizadas de maneira ética e planejada. Assim, o desafio da escola contemporânea consiste em integrar essas tecnologias ao currículo sem substituir o papel do professor, preservando o desenvolvimento do pensamento crítico, da autonomia intelectual e da formação humana dos estudantes.

A IDENTIDADE DO JOVEM NA ERA DA INFORMAÇÃO

A construção da identidade do jovem contemporâneo é atravessada por uma exposição constante a fluxos globais de informação e pelas dinâmicas das redes sociais. Diferente das gerações passadas, que tinham suas referências limitadas ao círculo familiar, à igreja e à escola local, o jovem de hoje define-se em meio a uma multiplicidade de vozes digitais. Essa realidade traz uma sobrecarga psíquica e uma pressão estética e social que a escola tradicional não está preparada para lidar, exigindo que o espaço educativo se transforme também em um local de acolhimento emocional e orientação para o autoconhecimento.

Nesse cenário, a escola deixa de ser apenas o lugar do aprendizado técnico para se tornar um espaço de mediação de conflitos existenciais. O jovem busca na instituição de ensino um sentido que vá além da nota, procurando conexões reais entre o que estuda e quem ele pretende ser em um mundo instável. A pedagogia moderna, portanto, precisa focar no desenvolvimento de competências socioemocionais, ajudando o estudante a construir uma identidade sólida que não se perca na velocidade das tendências passageiras ou na busca por aprovação virtual constante.

Além disso, a identidade desse jovem é marcada pelo desejo de protagonismo e pela recusa à passividade. O modelo de ensino "bancário", focado apenas na recepção de ordens, entra em choque direto com uma geração que tem o poder de publicar suas opiniões para milhares de pessoas com um clique. Ignorar essa capacidade de expressão é silenciar o sujeito e aumentar a evasão

escolar. O desafio atual é transformar essa energia digital em participação cidadã, garantindo que o jovem se reconheça no currículo e sinta que sua voz tem peso dentro do ambiente escolar.

Além das influências exercidas pelas redes sociais, os jovens contemporâneos convivem com mudanças rápidas nas relações de trabalho, nas estruturas familiares e nas formas de participação social. Essa constante transformação exige o desenvolvimento da autonomia, da capacidade de adaptação e da responsabilidade diante das próprias escolhas. Nesse cenário, a escola desempenha um papel essencial ao promover espaços de diálogo, reflexão e construção coletiva do conhecimento, contribuindo para que os estudantes desenvolvam uma identidade crítica, ética e consciente de seu papel na sociedade.

A INCLUSÃO DAS DIVERSIDADES NO DEBATE EDUCACIONAL

A escola do passado era um espaço de padronização, onde as diferenças de raça, gênero, orientação sexual e condições neuroatípicas eram frequentemente ignoradas ou reprimidas em nome de uma falsa unidade. Hoje, o debate sobre a diversidade é central e está garantido por leis que exigem o respeito às particularidades de cada aluno. Essa abertura não é um sinal de "piora" da educação, mas uma evolução ética que busca corrigir séculos de marginalização de grupos que eram impedidos de estudar ou de expressar quem realmente eram dentro da sala de aula.

A inclusão efetiva exige que o currículo seja repensado para representar as várias faces do povo brasileiro. Não basta apenas aceitar o aluno diferente; é necessário que os materiais didáticos e as práticas pedagógicas reflitam a história e a cultura de matrizes africanas, indígenas e as lutas por direitos civis. Quando o aluno se vê representado no conteúdo que estuda, o processo de aprendizagem torna-se muito mais significativo. A diversidade deixa de ser um "problema" para se tornar uma riqueza pedagógica que prepara todos os estudantes para conviverem em uma sociedade plural e democrática.

Entretanto, esse avanço enfrenta resistências de setores que defendem a volta de uma escola pretensamente "neutra". A legislação brasileira, alinhada aos direitos humanos, reforça que a educação deve combater todas as formas de preconceito e discriminação. O desafio para os educadores atuais é mediar esses debates de forma científica e humana, garantindo que a escola seja um porto seguro para todos. A verdadeira qualidade de um sistema de ensino hoje se mede pela sua capacidade de incluir e fazer com que o aluno mais vulnerável se sinta valorizado e capaz de aprender.

TRADIÇÃO E MODERNIDADE: UM DIÁLOGO NECESSÁRIO

A tensão entre o que deve ser mantido do passado e o que precisa ser inovado define o cotidiano das escolas brasileiras no século 21. Muitos educadores e famílias temem que o uso excessivo de tecnologia apague a base sólida do conhecimento científico tradicional, como a leitura profunda e o raciocínio lógico. No entanto, o diálogo necessário não propõe a substituição de um pelo outro, mas uma integração onde a tradição forneça as raízes e a modernidade ofereça as ferramentas para que esse conhecimento seja aplicado em novos contextos e realidades.

Walter Benjamin já alertava que a memória é fundamental para que não sejamos apenas passageiros do tempo, mas autores da nossa história. Trazer a tradição para a sala de aula significa valorizar os clássicos da literatura, as leis da física e os fatos históricos como alicerces sobre os quais o pensamento crítico é construído. A modernidade entra como o meio pelo qual esse saber é democratizado e atualizado, permitindo que um jovem na periferia de uma grande cidade brasileira utilize ferramentas digitais para pesquisar, questionar e até ampliar conhecimentos que antes eram restritos a bibliotecas de difícil acesso.

Nesse processo, a escola desempenha um papel essencial na mediação entre diferentes gerações, promovendo o diálogo entre conhecimentos consolidados e novas formas de aprender. Ao valorizar tanto a experiência acumulada ao longo do tempo quanto as possibilidades oferecidas pelas inovações tecnológicas, o ambiente escolar torna-se mais capaz de responder às necessidades dos estudantes contemporâneos.

Assim, tradição e modernidade deixam de ser forças opostas para se tornarem elementos complementares na construção de uma educação mais significativa, contextualizada e comprometida com a formação integral dos indivíduos.

Este equilíbrio exige sensibilidade dos gestores e professores para não caírem no erro do "inovacionismo" vazio, que adota tecnologias apenas pelo modismo, nem no "tradicionalismo" cego, que ignora as mudanças do mundo. Uma educação transformadora utiliza o melhor de cada época: a disciplina e o foco do modelo antigo e a interatividade e a criatividade do modelo novo. É nesse encontro de tempos que o aluno desenvolve a sabedoria para usar a informação disponível com ética, entendendo o passado para conseguir projetar um futuro mais justo e sustentável.

ENSINO BRASILEIRO: ADAPTAÇÃO OU RESISTÊNCIA?

O sistema de ensino brasileiro vive hoje um dilema entre adaptar-se às novas demandas do mercado e da sociedade ou resistir em defesa de uma formação humana integral que não seja apenas voltada para a produtividade. A adaptação tecnológica é urgente e necessária para que o país não fique para trás na economia global, mas ela deve ser feita com cuidado para não transformar a escola em um mero treinamento para o uso de softwares. A resistência, nesse caso, deve ser contra a precarização do ensino e contra a ideia de que a escola serve apenas para formar mão de obra barata.

A implementação de reformas educacionais, como o Novo Ensino Médio, exemplifica esse atrito. Por um lado, busca-se oferecer maior escolha e flexibilidade para o jovem; por outro, corre-se o risco de esvaziar conteúdos essenciais se a mudança for feita sem investimento real em infraestrutura e valorização dos professores. A escola deve ser um campo de resistência contra o analfabetismo funcional e a desinformação, mantendo-se firme na missão de ensinar a pensar, mesmo quando as pressões externas pedem resultados rápidos e superficiais em testes padronizados.

Outro elemento fundamental desse debate é a necessidade de reduzir as desigualdades educacionais existentes entre diferentes regiões do país. Enquanto algumas escolas dispõem de infraestrutura adequada, acesso à tecnologia e profissionais qualificados, outras ainda enfrentam dificuldades relacionadas à falta de recursos básicos. Dessa forma, qualquer processo de adaptação às novas demandas sociais e tecnológicas deve considerar a realidade de cada contexto escolar, garantindo que as inovações educacionais promovam oportunidades mais equitativas e não ampliem as diferenças já existentes no sistema de ensino brasileiro.

Em última análise, a escola brasileira precisa encontrar um caminho de "adaptação crítica". Isso significa abraçar as novas leis e as tecnologias digitais, mas sempre sob a ótica da emancipação do aluno. Não se trata de resistir ao futuro, mas de garantir que o futuro não seja um privilégio de poucos. Quando a instituição escolar consegue unir as exigências da modernidade com o compromisso ético de formar cidadãos conscientes, ela deixa de ser um espelho do passado para se tornar, verdadeiramente, o motor da transformação social que o Brasil tanto necessita.

CONCLUSÃO

A máxima de que o passado oferecia uma educação superior reflete, primordialmente, uma dificuldade em processar a transição de um mundo de certezas para um mundo de complexidades. O ensino de décadas atrás, embora funcional para uma sociedade que valorizava a conformidade, era excludente e silenciava as subjetividades. Hoje, o progresso educacional brasileiro, amparado por leis que buscam a equidade e a inclusão, foca na construção de indivíduos capazes de "aprender a aprender". A escola moderna, ao abraçar a diversidade e as ferramentas digitais, enfrenta desafios imensos, mas oferece uma formação muito mais plural e humana do que o modelo autoritário de outrora.

Além disso, torna-se evidente que a construção de uma educação de qualidade depende não apenas da existência de leis e diretrizes curriculares, mas também de investimentos contínuos em infraestrutura, formação docente e valorização dos profissionais da educação. A efetivação das políticas educacionais exige um compromisso coletivo entre governo, comunidade escolar e sociedade

civil, garantindo que os princípios de inclusão, equidade e inovação sejam concretizados no cotidiano das instituições de ensino.
Nesse cenário, a educação assume um papel estratégico para o desenvolvimento social e econômico do país, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, autônomos e preparados para enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação. Mais do que transmitir conhecimentos, a escola contemporânea deve promover a reflexão, o diálogo e a participação democrática, fortalecendo valores que possibilitem a construção de uma sociedade mais justa, plural e comprometida com o bem comum.
Por essa razão, o debate sobre a qualidade da educação deve ultrapassar comparações baseadas apenas na nostalgia ou em indicadores isolados de desempenho. A construção de uma escola capaz de responder às necessidades do século XXI depende da articulação entre políticas públicas consistentes, valorização dos profissionais da educação, participação das famílias e acesso democrático aos recursos tecnológicos. Somente por meio desse esforço coletivo será possível consolidar um sistema educacional que promova igualdade de oportunidades, desenvolvimento humano e formação cidadã para todos os estudantes.
Conclui-se que o diálogo entre tradição e modernidade é o único caminho para superar a crise de identidade das instituições de ensino. A educação não piorou; ela expandiu seus horizontes e suas responsabilidades. O desafio atual não é recuperar um passado idealizado, mas garantir que a adaptação às novas tecnologias e legislações ocorra sem perder o compromisso com o pensamento crítico. Ao reconhecer o jovem como sujeito ativo e a diversidade como riqueza, o sistema de ensino brasileiro deixa de ser um espelho de um tempo que já passou para se consolidar como o laboratório necessário de um futuro mais democrático.

REFERÊNCIAS

Barros, M. I. A. (2023). Desemparedamento da infância: A escola como lugar de encontro com o saber. São Paulo: Editora Contexto.

Benjamin, W. (1987). Magia e técnica, arte e política: Ensaios sobre história da cultura. São Paulo: Brasiliense.

Freire, P. (1987). Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
Libâneo, J. C. (2012). Educação escolar: Políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez.

Lima, F. R., & Alves, P. A. (2022). Educação e Sociedade: Desafios da inclusão no século 21. Revista Brasileira de Políticas Educacionais, 18(3).

Ribeiro, A. S. (2023). Desafios da digitalização no contexto educacional brasileiro. Educação e Tecnologia, 22(4).